

**PÁG 2** Associados discutem parecer e próximos passos sobre Decreto de ICMS em SP

**PÁG 6** PSR apresenta avanços do estudo de aprimoramentos na formação de preços por modelos

**PÁG 9** Sexta Livre: Edvaldo Santana discute racionamento de 2001 e perspectivas para 2022

**PÁG 12** CCEE propõe aumento de 3% na contribuição associativa para o próximo ano

**PÁG 15** Aneel acata pleito Abraceel e propõe isonomia na TUST entre ACR e ACL

**PÁG 17** CPAMP apresenta contribuições dos agentes ao ciclo de trabalho 2021/2022

**PÁG 20** Abraceel na Mídia

**PÁG 21** Curtas

**PÁG 28** Próxima semana

**PÁG 29** Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Associados discutem parecer e próximos passos sobre Decreto de ICMS em SP

### Matéria em 1 minuto:

- Escritório Bichara apresentou resumo do que a minuta do parecer aborda, destacando os pontos que aparentam ilegais ou inconstitucionais no Decreto;

- A minuta do parecer aponta duas sugestões alternativas para o dever de destacar e recolher o ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica adquirida no ACL: consumidor final ou comercializador que realiza a venda para o consumidor final;

- Os associados mostraram convergência de que é preciso assegurar que as operações entre comercializadoras não sejam tributadas, o que não está claro pelo Decreto atual, e ainda deixar explícito e claras as condições de diferimento até a última etapa anterior ao consumo;

- Os associados têm até a próxima terça-feira, 21.09, para enviar contribuições para a minuta de parecer elaborado pelo Bichara que foi enviada para o Grupo Técnico.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**



No dia 16.09, os associados da Abraceel se reuniram para discutir a minuta do parecer jurídico elaborada pelo escritório Bichara Advogados sobre as alterações tributárias promovidas pelo Decreto 65.823/2021 de São Paulo.



Bernardo Sicsú explicou que o documento foi enviado por e-mail para o Grupo Técnico e recebe contribuições e sugestões dos associados até o dia 21.09, quando será enviado à Sefaz-SP. O objetivo é, portanto, cobrar nova reunião com urgência com a Secretaria, para que as alterações sejam feitas com antecedência, de forma que todos possam se adequar internamente.

Destaque para informação no site da Sefaz que aponta que a Devec ainda deverá ser entregue até a entrada em vigor das novas regras, sendo que aquela referente ao consumo de dezembro deverá ser entregue à Sefaz até 14.01.2022.

Em seguida, Wolmar Esteves, do escritório Bichara, contratado pela Abraceel, apresentou resumo do que a minuta do parecer aborda, destacando os pontos que aparentam ilegais ou inconstitucionais no Decreto.

### **Violação aos princípios da isonomia, da vedação à discriminação de origem e livre concorrência.**

Como argumentado na minuta do parecer, o art. 150 inciso II da Constituição Federal estabelece que não é possível discriminar contribuintes que se encontrem em situação equivalente, enquanto o Decreto paulista institui tratamento mais oneroso para o consumidor livre e comercializador paulista, apenas em função da sua localização geográfica.

### **Inovação no plano da incidência tributária e da responsabilidade por substituição.**

Através do Decreto, foi criada nova hipótese de incidência tributária pela via executiva, sem a devida participação da casa legislativa paulista, o que viola o princípio da estrita legalidade tributária. Tal entendimento consta inclusive na decisão da ADI 4.281, impretada pela Abraceel, que declarou inconstitucional a criação de modalidade de substituição tributária não cogitada em Lei.

O Decreto também inova ao estabelecer que ensejam pagamento do ICMS as sucessivas operações de comercialização de energia elétrica no ACL, flagrante ao entendimento firmado pelo STF de que “somente integram a base de cálculo desse imposto os valores referentes àquelas operações em que haja efetivo consumo de energia elétrica pelo consumidor”.

### **Panorama regulatório: confusão tributária e insegurança jurídica.**

A minuta do parecer aponta a necessidade de revisão da regulamentação setorial previamente existente como um todo, especificamente em relação às Portarias CAT 97/2009 e 61/2010, que estabelecem as obrigações acessórias e ainda permanecem inalteradas. Esse atual panorama regulatório causa confusão tributária em razão da não harmonização das normas, provocando insegurança jurídica aos contribuintes, o que, na prática,



revela a inaplicabilidade do Decreto até que dirimidos esses conflitos.

Além disso, o regime especial para diferimento do ICMS sobre as operações realizadas pelas comercializadoras suscita grande insegurança jurídica, pois a Sefaz não estabelece os termos do regime especial, seu método de pleito, tampouco as condições para sua concessão.

### **Sugestões para futura tributação**

A minuta do parecer aponta duas sugestões alternativas para o dever de destacar e recolher o ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica adquirida no ACL:

- i. consumidor final: tal alternativa, na visão do Bichara, privilegia o consumo como a atividade ensejadora da tributação, além de o consumidor já suportar tributação do consumo de energia elétrica, o que não traria inovações; ou
- ii. comercializador que realiza a venda para o consumidor final: traria um resultado igualmente harmônico, na visão do escritório, pois preveniria a múltipla incidência tributária sobre as sucessivas etapas de comercialização.

A minuta do parecer conclui externalizando preocupação de que a solução que venha a ser aplicada pelo Estado de São Paulo seja construída de forma a não se perpetuar o contencioso sobre a tributação de energia elétrica.

### **Discussão com os associados**

Em seguida, os associados discutiram alguns pontos de dúvidas ainda remanescentes. Uma comercializadora fora de São Paulo, mas que tenha inscrição de substituição tributária no Estado, seria considerada uma empresa com sede em São Paulo? Na visão do Bichara, tal orientação ainda depende da Portaria CAT, mas, em casos similares, se a empresa tem inscrição ST no estado estaria sujeita as mesmas regras de empresas com sede em São Paulo. Wolmar também externou sua visão de que a cessão não representa consumo, o que não figuraria como hipótese de incidência ICMS.

Os associados mostraram convergência de que é preciso assegurar que as operações entre comercializadoras não sejam tributadas, o que não está claro pelo Decreto atual, e ainda deixar explícito e claras as condições de diferimento até a última etapa anterior ao consumo.

Entre as possibilidades levantadas sobre com quem deveria ficar o dever de destacar e recolher o imposto, os associados apontaram preferência para o adquirente consumidor final, inclusive mencionando que é similar ao praticado em estados como Bahia e Goiás. No entanto, também foram mencionadas preferências pelo recolhimento da

forma como é feito atualmente, pela própria distribuidora, e pela sugestão feita pelo escritório Bichara, de recolhimento pelo consumidor final ou comercializador que realiza a venda ao consumidor final.

Wolmar ressaltou possíveis motivos que poderia fazer com que a Sefaz não considere o consumidor final, como o grande volume de informações e necessidade maior de fiscalização. Também há a dificuldade para clientes que não são contribuintes, que seriam obrigados a desenvolver esta operação dentro de suas empresas. Lembrou ainda que a ADI da Abraceel refuta em sua tese a possibilidade de substituição lateral por meio da distribuidora.

Alguns associados também apontaram que seria importante primeiro derrubar o decreto atual para, em seguida, avançar em novas tratativas, questionando qual seria o prazo máximo que a Abraceel consideraria para ingresso de eventual ação judicial para proteção dos associados.

Bernardo ressaltou que a orientação é de se buscar o diálogo com a Sefaz, que prorrogou o prazo após pedido da Associação, sem necessidade de ação judicial, e se comprometeu com nova reunião com a Associação para discussão de possíveis aprimoramentos.

Reforçou que o coordenador da CAT, Luiz Márcio, se mostrou bastante aberto, tendo mencionado inclusive pedido do próprio Secretário Henrique Meirelles de equacionamento do problema. Bernardo ponderou, no entanto, que a Abraceel está ciente da urgência do problema e que está tratando o tema com prioridade, avaliando constantemente a situação.

Lembramos que os associados têm até a próxima terça-feira, 21.09, para enviar contribuições para a minuta de parecer elaborado pelo Bichara que foi enviada para o Grupo Técnico.

## PSR apresenta avanços do estudo de aprimoramentos na formação de preços por modelos

### Matéria em 1 minuto:

- Em reunião com mais de 150 associados, a PSR apresentou os principais resultados das entrevistas realizadas na primeira fase do estudo de aprimoramento da formação de preço e despacho por custos no Brasil;
- O referido estudo está em linha com a bandeira de Formação de Preços do planejamento estratégico da Abraceel;
- Foram mostrados os principais consensos e dissensos levantados durante as entrevistas e, a partir dos pontos de convergência, elaboraram-se questões para guiar o estudo a ser elaborado;
- Sugestões podem ser enviadas por email para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).



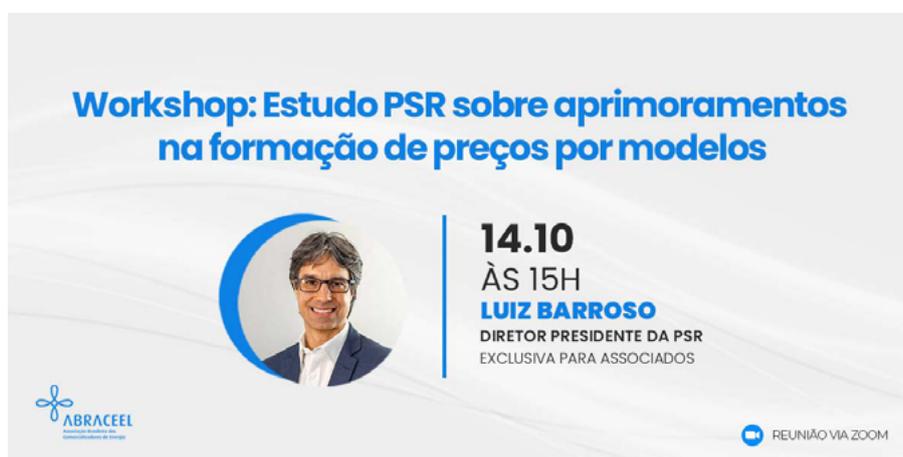
Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Ocorreu no dia 13.09 a reunião de alinhamento com os associados acerca do estudo dos aprimoramentos na formação de preço por modelo, que está em elaboração pela PSR. O estudo é meta da bandeira de Formação de Preços do Planejamento Estratégico 2021-2024 da Abraceel. O objetivo da reunião foi informar os resultados dos primeiros passos da análise às associadas, bem como promover um espaço aberto para contribuições e considerações.



Luiz Barroso iniciou a apresentação frisando a premissa colaborativa por trás da abordagem do estudo, que visa trabalhar em cima das principais preocupações das associadas e da PSR em relação a atual dinâmica de formação de preço, de forma a aprimorá-la. Também ressaltou a importância do pragmatismo, do foco nas condições necessárias para que o mecanismo a ser desenvolvido funcione. Explicou então que a fase inicial do estudo consistiu em entrevistas com quinze associadas, de forma a coletar as percepções acerca do tema.

Logo em seguida, Rodrigo Novaes da PSR apresentou o cronograma do estudo, ressaltando que estão abertos a contribuições das associadas. As que forem por escrito podem ser enviadas para os e-mails: [rnoaes@psr-inc.com](mailto:rnoaes@psr-inc.com) e [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br). Haverá um Workshop com as associadas no dia 14.10 às 15 horas, prévia ao planejamento estratégico da Abraceel.



## As Grandes Questões

Com base nas entrevistas e em uma percepção inicial que a PSR já tinha desenvolvido, foram formuladas algumas questões para guiar os aprimoramentos a serem feitos, separadas por temática, com a forma de atuação ainda em aberto.

### Respostas rápidas vs. Melhorias de longo prazo:

1. Qual é o problema que se quer resolver?
2. Quais pontos valem a pena levar enquanto associação?
3. Como construir uma agenda de aprimoramentos de longo-prazo para a formação de preços?

Dentre essas questões, ressaltou-se a necessidade de uma agenda de aprimoramentos a longo prazo, como já foi levantado no passado, uma vez que atualmente vê-se um padrão de maior foco nas problemáticas mais imediatas.

### A governança e a construção dos decks:

1. O *tradeoff* previsibilidade vs. proximidade de preço e operação.
2. Definido o paradigma, o que seriam regras adequadas?
3. Definidas as regras, como garantir o cumprimento – enforcement?

Destacou-se a percepção de que a atual governança de construção dos decks não está ideal, visto que há regramentos que são conflitantes entre si ou que estão abertos a diferentes interpretações por parte das instituições, bem como aqueles que simplesmente não são cumpridos.

### Isonomia, participação e acesso à informação:

1. Como garantir a transparência e a previsibilidade da formação de preços?
2. Como deve ser essa divulgação de informações?
3. Em quais fóruns é desejável aumentar a participação dos agentes? Como fazer isso?

Levantou-se a questão de que atualmente o setor possui espaço para práticas de poder de mercado, que pode ser mitigado ao se garantir o acesso à informação de maneira indiscriminada, com rapidez e uniformidade.

### Modelos, metodologias e dados de entrada:

1. Quais seriam aprimoramentos desejáveis na cadeia atual de modelos computacionais?
2. O que seriam aprimoramentos desejáveis para os modelos satélites?
3. Os códigos-fonte deveriam ser abertos?

Citou-se a atual estagnação tecnológica do setor, com o enfoque nos aprimoramentos que podem ser feitos nos modelos computacionais de formação de preço atuais. Também se discutiu que, caso se decidisse pela abertura dos códigos-fonte aos agentes, haveria a necessidade de definir como seria esse processo.

Essas questões advêm dos principais consensos percebidos através das entrevistas realizadas.

Mais detalhes podem ser obtidos através do arquivo da apresentação realizada, disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações Exclusivas”.

A Abraceel reforça que está aberta a qualquer contribuição das associadas referente a esse estudo, e que contribuições escritas podem ser encaminhadas aos e-mails: [rnova-es@psr-inc.com](mailto:rnova-es@psr-inc.com) e [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).



## Sexta Livre: Edvaldo Santana discute racionamento de 2001 e perspectivas para 2022

### Matéria em 1 minuto:

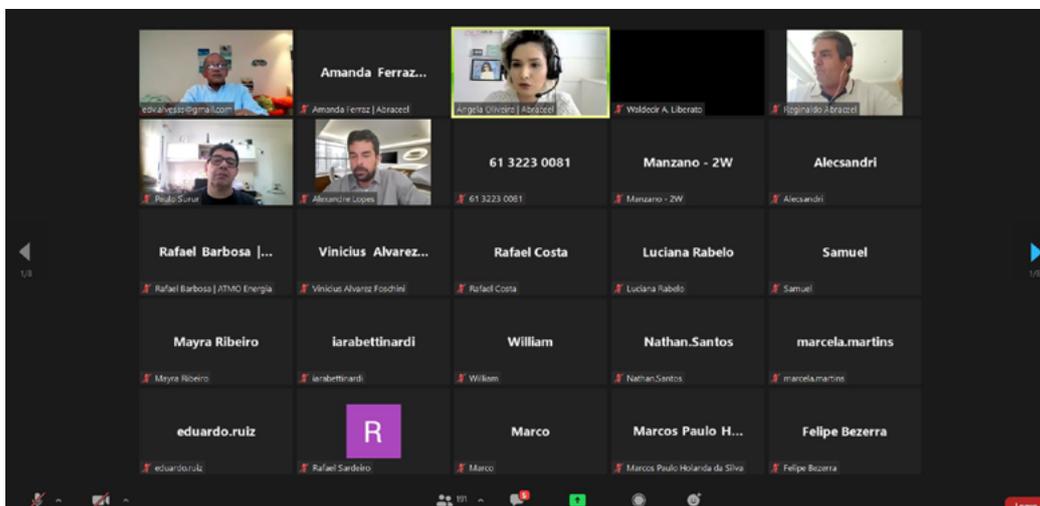
- Edvaldo disse que na crise hídrica atual falta diálogo e há a crescente necessidade de agregar os agentes em torno de um único objetivo;

- Reforçou que esse é um momento oportuno para abertura total do mercado, pois vários dos custos desapareceriam com o direito de escolha do consumidor. A economia e o consumidor pedem por uma ampla reforma no setor elétrico brasileiro.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Edvaldo Santana foi o nosso convidado da Sexta Livre do dia 17.09 para discutir o racionamento de 2001 e as perspectivas para 2022. Reginaldo Medeiros abriu o evento agradecendo a agenda do Edvaldo e destacando sua atuação profissional nas diferentes instituições setoriais. Participaram cerca de 190 associadas.



### Racionamento em 2001

Iniciando a Sexta Livre, Edvaldo disse que a primeira diferença da crise atual para o racionamento de 2001 é que hoje é chamada de hídrica, não de crise energética, como ocorreu em 2001. Disse que em 2001 não foi por falta de aviso que aconteceu o racionamento, tanto em 1999 como em 2000, o armazenamento dos reservatórios chegou a níveis críticos. A Eletrobras, o ONS, a Aneel e o MME estavam cientes, em meados de 1999, que os riscos eram muito elevados. Mas, por razões políticas não poderia ser falado de

acionamento para a população, apesar de que iria acontecer em qualquer momento. O racionamento, na ocasião, durou de junho de 2001 a março de 2002.

Reforçou que o ONS enviou alerta ao MME, afirmando que mesmo que se verificasse um crescimento de consumo superior ao previsto, não haveria problemas de suprimento de energia e ponta entre 2000 e 2003, desde que ocorressem condições hidrológicas com aflúências superiores a 85% da MLT. O Ministro informou ao Presidente da República que essas condições hidrológicas teriam probabilidade de ocorrência superior a 90%. Posteriormente, desde 2013, existe o alerta sobre possíveis crises hídricas.

### **Crise hídrica atual**

Na visão de Edvaldo, na atual crise hídrica, que possui tarifa de energia 20% mais cara do que em 2001, falta diálogo do governo com as distribuidoras e agentes do setor, há a crescente necessidade de agregar os agentes em torno de um único objetivo. Ademais, algumas atitudes tomadas pelo governo não são tão impactantes, como a medida de redução de 20% da energia na conta de luz das instituições do governo, dado que essas reduções não são suficientes para conter ou amenizar a crise atual.

Lembrou também que a medida de incentivo do governo para a população reduzir a conta de luz e ter bônus a partir de 2022 não é divulgada de forma clara, o que é essencial para o consumidor mudar seus hábitos de consumo. Disse que essas medidas já são um tipo de racionamento, pois são uma maneira forçada de reduzir o consumo de energia. Edvaldo reforçou que essa medida, por exemplo, já deveria ter sido feita em maio ou junho desse ano, a fim de que os custos fossem menores para os consumidores. Entretanto, o incentivo dado hoje é muito melhor do que o de 2001 e, provavelmente, trará mais resultados individuais, que ao final promoverão ganhos coletivos.

Disse que as bandeiras tarifárias são ineficientes para prevenir racionamento, uma vez que afetam todo o consumo e muitos consumidores vão preferir pagar a deixar de consumir. Em sua visão, uma medida eficiente seria a adoção de medidores inteligentes, que está atrasada no Brasil. Enquanto na Ásia há mais de 700 milhões de medidores inteligentes instalados, na Europa, há mais de 120 milhões e nos Estados Unidos, mais de 100 milhões, no Brasil existem apenas 3 milhões, e mais da metade deles não permite a medição de consumo horária. Lembrou ainda do relatório divulgado pelo Tribunal de Contas de União na última terça-feira, que pontua a ausência de plano de ação em caso de agravamento da situação. Entretanto, disse que muito se ganhou em termos de transparência, visto que o ONS aprimorou seus processos em relação à 2001, sendo possível, inclusive, obter informações em tempo real.

Finalizando o debate, Edvaldo disse que esse é o momento oportuno para abertura total do mercado, pois vários dos custos desapareceriam com o direito de escolha do consumidor. Caso houvesse um comitê de revitalização, como houve em 2001, a frase



de ordem deveria ser: **“Não temos mais como esperar, é necessário abrir o mercado”**. A economia e o consumidor já sofreram demasiadas consequências e agora é o momento de promover uma ampla reforma no setor elétrico brasileiro.

Reginaldo Medeiros agradeceu a disponibilidade e as relevantes contribuições de Edvaldo sobre o tema. A íntegra da Sexta Livre já está disponível no canal do [Youtube da Associação](#).

## Ação solidária: inscrições para o Enem

Ao final da live, Edvaldo, que não cobrou pela participação, pediu que a Abra-  
ceel colaborasse com inscrições para o Enem, por meio do projeto Amplia:

O Movimento AMPLIA surgiu após a repercussão nacional da campanha #Am-  
pliaEnem, e conecta padrinhos e madrinhas à juventude preta, parda e indí-  
gena para pagar sua inscrição do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Caso os nossos associados tenham interesse em conhecer o projeto, disponibili-  
zamos o link: <https://movimentoamplia.com.br/>



## CCEE propõe aumento de 3% na contribuição associativa para o próximo ano

### Matéria em 1 minuto:

- Em reunião com as Associações, Câmara apresentou as principais entregas de 2021, os principais desafios para 2022 e a sua proposta orçamentária;
- A proposta é de aumento do orçamento de 11%, que resultaria em aumento de 3% na contribuição associativa;
- A Abraceel questionou o aumento e relatou não ser a expectativa do mercado para o momento atual.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 13.09, a Abraceel esteve presente na 2ª Reunião de Interação da CCEE com as Associações do Setor Elétrico. Na pauta a convenção arbitral, resultados 2021, desafios 2022 e a proposta orçamentária da Câmara. Os temas serão detalhados a seguir.



### Convenção Arbitral

A CCEE ressaltou o esforço que está sendo empreendido junto às Associações para revisão da convenção arbitral, com o objetivo da pluralidade de Câmaras e criação de mecanismos de proteção ao mercado.

Ainda em setembro, a CCEE pretende enviar a minuta da nova Convenção aos agentes, que será deliberada na Assembleia de outubro. Após aprovação, caberá a Aneel a homologação.

## Resultados e desafios

A CCEE destacou o aumento do número de consumidores especiais, que chegou a marca de 8.465 em agosto de 2021. Além disso, ponderou sobre novas atribuições assumidas que envolvem a Redução Voluntária de Demanda, o Mercado de Capacidade e novos processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes. Também foi dada ênfase à necessidade de investimentos em cybersegurança com o intuito de proteger o setor.

## Principais entregas

O presidente da CCEE, Rui Altieri, apontou como principais entregas da CCEE no ano a implementação segura do PLD horário, a solução do GSF, o processamento da Conta-Covid, a gestão eficiente da conta de Energia de Reserva e as medidas emergenciais frente à pandemia e à crise hídrica.

## Temas estratégicos 2021

Na formação de preço, o foco está nas alterações nos mecanismos de aversão a risco dos modelos a fim de torná-los mais aderentes à realidade do sistema.

Na segurança de mercado, destaque para as Consultas Públicas 51/21, sobre os critérios de entrada, manutenção e saída do mercado, e 46/21, que dispõe sobre a metodologia de garantia financeira para o MVE, bem como a Nota Técnica 3.1 a respeito da evolução do monitoramento e da proposta em elaboração de aprimoramento do sistema de garantias financeiras do MCP.

Na abertura de mercado, o foco está na conclusão da Nota Técnica da CCEE que será apresentada em breve para os agentes.

Também foram destacados o mercado de capacidade, com foco na proposta realizada pela Câmara com o auxílio das associações, e a modernização do ACR, com destaque para proposta, em elaboração, que visa a otimização do lastro contratual das Cotas de Garantia Física (CCGFs).

## Proposta orçamentária

Ao final, a Conselheira Roseane Santos apresentou a proposta orçamentária da CCEE, que prevê aumento de 11% em moeda corrente. Isso resultaria em aumento de 3% na contribuição associativa mensal dos agentes.

Reginaldo Medeiros, presidente executivo da Abraceel, lembrou que os custos foram diminuídos na pandemia e que o aumento de mensalidade não é a expectativa do mercado, principalmente diante do cenário atual.

A Assembleia da CCEE ocorrerá em 19.10, com atualização cadastral até às 12h do dia 15.10 e credenciamento entre 15.10 (14h) e 19.10 (14h). A mesma reunião, mas em formato para todos os agentes do setor, será realizada no dia 23.09, das 9 às 11h

A íntegra da apresentação se encontra no site da Abraceel > Apresentações Exclusivas.



## Dez questionamentos preliminares sobre o Orçamento da CCEE 2022:

1. O que explica o expressivo aumento de 21% nos "Serviços de Rotina"? São quase R\$ 7 milhões a mais.
2. Diante do cenário de desjudicialização, com o equacionamento de discussões que ocorrem a quase meia década, o que justifica o aumento no orçamento das despesas jurídicas? Quais as contrapartidas para os agentes desse aumento?
3. Quais as razões para aumento no orçamento de auditorias? Qual o valor envolvido?
4. Há menção de investimentos de R\$ 3,6 milhões em cibersegurança, mas o orçamento, no item "aquisições", cujo detalhamento diz que é para aquisição de softwares para aumentar segurança da rede, ferramentas LGPD e licenças DRI, sinaliza variação de R\$ 2,7 milhões. Onde estão os quase R\$ 1 milhão restantes?
5. Com toda sua infraestrutura de tecnologia, e dada a relevância dos dados que gerencia, em que aspecto a CCEE não está adequada às melhores diretrizes de segurança cibernética?
6. Dado que grande parte dos ataques hackers começa por download de malware e o famoso "phishing", não seria possível economizar com foco em conscientização de segurança e educação do usuário?
7. Por que há aumento das despesas do CliqCCEE? As principais funcionalidades já não foram criadas?
8. Dada a desmobilização da unidade da Alameda Santos e política de home office em teste, o que justifica o aumento em 5% em despesas gerais?
9. Na discussão de Segurança de Mercado, vimos que algumas propostas originais da CCEE foram abandonadas. Qual seria a economia se houvesse foco na construção de propostas efetivas, construídas desde o seu início com os próprios associados?
10. Fora homem-hora, a CCEE está alocando recursos financeiros em projetos como "Preço por Oferta"? Se sim, quanto? Não deveria focar também na melhoria dos modelos atuais?



## Aneel acata pleito Abraceel e propõe isonomia na TUST entre ACR e ACL

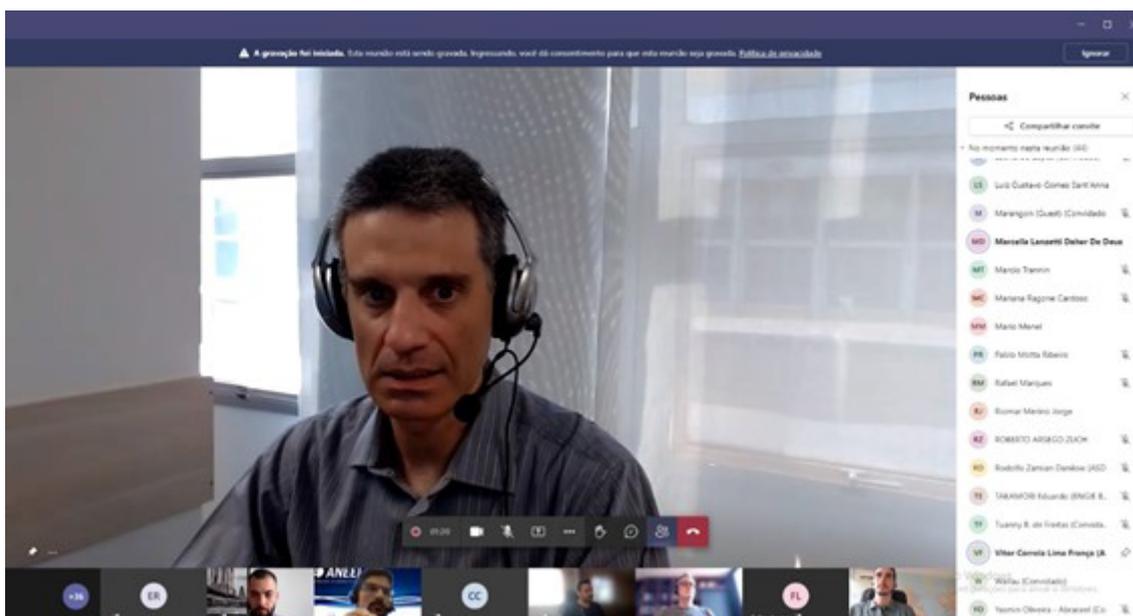
### Matéria em 1 minuto:

- No início de 2020, Abraceel solicitou à Aneel a unificação das regras da estabilização da TUST no segmento de geração;
- Atualmente, o gerador que vende no ACR tem a TUST estabilizada por toda a outorga, já para quem vende no ACL, a estabilização ocorre por apenas 10 anos;
- Aneel abriu a Consulta Pública 39/21 para debater aprimoramentos na TUST, sendo que a alternativa regulatória proposta assegura a isonomia entre ACL e ACR;
- A Abraceel enviará minuta de contribuição aos associados em breve.



Tempo de leitura:  
**1 minuto**

No dia 15.09, a Abraceel esteve reunida com a Superintendência de Gestão Tarifária (SGT) da Aneel e outros agentes do setor para discutir a Consulta Pública 39/21, que dispõe do aprimoramento da regulação da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição aplicável às centrais geradoras (TUSDg).



Bernardo Sicsú, diretor de eletricidade e gás da Abraceel, ressaltou que, em fevereiro de 2020, a Abraceel solicitou à Aneel a unificação das regras da estabilização da TUST no



segmento de geração, independente da comercialização da energia ocorrer no ACR ou no ACL.

Lembrou que atualmente os empreendimentos de geração que vendem no ACR têm a TUST estabilizada pelo prazo da outorga, enquanto os empreendimentos destinados exclusivamente ao mercado livre possuem a TUST estabilizada por apenas dez ciclos tarifários. Isso acaba criando um benefício regulatório e incentivando geradores a destinar parcela mínima de energia ao ACR.

Assim, elogiou a área técnica da Aneel por propor alternativas regulatórias que solucionam a falta de isonomia da TUST entre os ambientes de contratação.

Ressaltou que a Abraceel ainda não definiu seu posicionamento final, entretanto, independente do critério de estabilização, seja por toda a outorga, dez ciclos tarifários ou por meio da metodologia da envoltória tarifária flutuante, na qual as tarifas de cada barra estariam controladas por limites superiores e inferiores de acordo com a variação da inflação e da RAP da Rede Básica, o fundamental é equacionar qualquer falta de isonomia entre os ambientes.

Ao final, outras associações presentes pediram aumento do prazo para envio final de contribuição, previsto para 29.09, dada a complexidade da consulta pública, que também discute a intensificação do sinal locacional e outras questões relacionadas à TUST e TUSDg.

A Aneel informou que avaliará o pedido, mas lembrou que o prazo da consulta pública foi de 90 dias, solicitando que os agentes tentem cumprir o prazo original.

A Abraceel enviará em breve minuta de contribuição para o Grupo Técnico, ressaltando esse importante pleito da associação.

A integra da apresentação está no site da Abraceel -> “Apresentações Exclusivas”.

## CPAMP apresenta contribuições dos agentes ao ciclo de trabalho 2021/2022

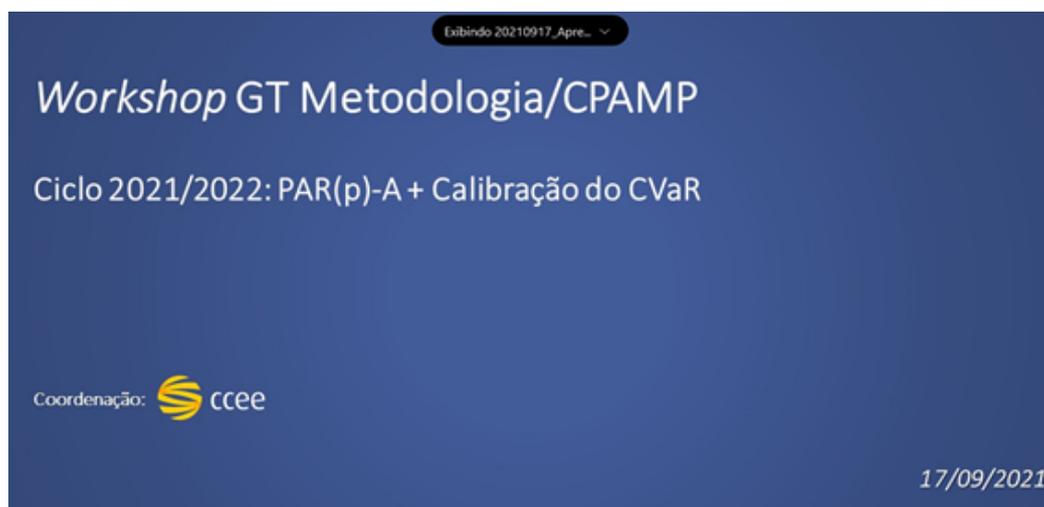
### Matéria em 1 minuto:

- Os backtests serão realizados entre a segunda quinzena de outubro até a primeira semana de dezembro e, após análise das contribuições dos agentes, a Comissão apresentou proposta das premissas dos estudos prospectivos;
- Os agentes que desejarem realizar contribuições adicionais podem enviar para [gtmet.cpamp@ccee.org.br](mailto:gtmet.cpamp@ccee.org.br) até 24.09;
- Os próximos workshops estão agendados para os dias 06.10, 10.11 e 15.12, sempre às 9h. Na próxima reunião será realizado fechamento da 1ª etapa para início do backtest e do estudo prospectivo.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 17.09, a CPAMP promoveu Workshop com objetivo de apresentar as contribuições recebidas dos agentes acerca das atividades do ciclo de trabalho da comissão 2021/2022, que visa implementar o PAR(p)-A e nova calibração do CVaR em 2023.



Os backtests serão realizados entre a segunda quinzena de outubro até a primeira semana de dezembro. As contribuições dos agentes referentes às premissas do backtest foram:

- Definir os objetivos do que se quer medir com o *backtest*



A comissão reforçou que o objetivo é corresponder ao pedido do CMSE realizado em 2020, qual seja buscar replecionamento estruturais e minimizar impactos comerciais e tarifários.

- **Discutir os critérios de seleção dos pares do CVaR**

Após análise do efeito isolado do PAR(p)-A, serão definidos pares do CVaR visando atingir o objetivo citado. Futuramente a comissão reforçou que poderá ser analisada nova metodologia.

- **Considerar a matriz energética atual nos estudos**
- **Estender o período de análise até dez/21**
- **Backtest começando em 2021**

A Comissão informou que o período do backtest será entre dezembro de 2015 e junho de 2021. Serão feitos testes pontuais de pareto no Decomp para meses específicos do ano de 2021 para testar a reatividade do modelo.

- **Considerar nos backtests encadeados as alterações em casos de déficits no modelo sem déficits reais**

Caso ocorram déficits apontados pelo modelo no horizonte de simulação, será feita uma análise específica para verificação da origem da geração que abasteceu o SIN, nos casos de impossibilidade de flexibilização.

- **Encadear rodadas Newave/Decomp/Dessem**

A CPAMP informou que essa solicitação será tratada em ciclos de trabalhos futuros.

- **Simular valores dinâmicos do CVaR**

Segundo a Comissão o nível do CVaR, enquanto uma métrica de risco específica, é recomendado que siga os prazos estabelecidos na CNPE 07/16, qual seja ser aprovado até 31 de julho do ano anterior a sua implementação. Dessa forma, novas metodologias envolvendo o CVaR ou outras métricas de risco podem ser analisadas em ciclos futuros pela CPAMP.

- **Avaliar os parâmetros do CVaR observando os resultados do modelo versus o despacho térmico indicado na curva de referência do CMSE;**

Serão feitos testes pontuais de Pareto Decomp para meses específicos para suprir a demanda.

- Avaliar as restrições de defluência mínima impostas pela ANA/IBAMA

Para se evitar arbitragem quanto à definição das restrições e seus inícios de vigência, serão consideradas as restrições de defluência originais dos decks. As flexibilizações conjunturais serão tratadas individualmente.

Para os estudos prospectivos os agentes enviaram as seguintes contribuições:

- Possibilidade de utilização de diferentes hidrologias ou armazenamentos iniciais para períodos passados;
- Horizonte de 1 ou 2 anos com a configuração atual prevista para os próximos anos com base nos dados do último PMO realizado, considerando cenários de precipitação/afluência históricos que contemplem tanto períodos de escassez e de excedentes hidroenergéticos; e
- Considerar as restrições hidráulicas atuais e as alterações de cadastro das usinas hídricas.

Após análise das contribuições, a Comissão apresentou proposta das premissas dos estudos prospectivos, tais como:

- Considerar duas bases: (i) PAR(P); e (ii) PAR(p)-A e risco vigente
- 4 sensibilidades de parâmetros do CVaR
- Período de 1 ano = dezembro de 2021 a novembro de 2022
- Quatro cenários hidrológicos, com volumes iniciais diferentes: (i) 120% MLT – Earm inicial = dez/11; (ii) 60% MLT – Earm inicial = dez/11; (iii) 80% MLT – Earm inicial = dez/20; e (iv) 60% MLT – Earm inicial = dez/20
- Restrições hidráulicas ordinárias – deck vigente outubro/21
- Execução sem déficit

Os agentes que desejarem realizar contribuições adicionais podem enviar para [gtmet.cpamp@ccee.org.br](mailto:gtmet.cpamp@ccee.org.br) até 24.09. Os próximos workshops estão agendados para os dias 06.10, 10.11 e 15.12, sempre às 9h. Na próxima reunião será realizado fechamento da 1ª etapa para início do backtest e do estudo prospectivo. A apresentação realizada no evento está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Apresentações”.



# ABRACEEL NA MÍDIA



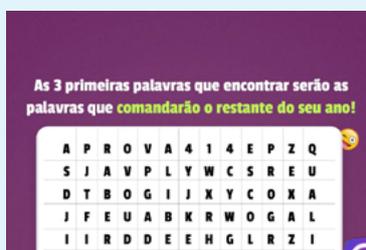
## BOLETIM ABRACEEL DA ENERGIA LIVRE - SETEMBRO I Destaques Abraceel

[Acesse o boletim clicando aqui.](#)



### Canal Energia I Modelo precisa evoluir para modernizar o setor, apontam Damas de Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



### #Queroenergiabarata As três primeiras palavras que você encontrar comandarão o restante do seu ano.

[Acesse o post clicando aqui.](#)



### Live #Sextalivre As profundezas do racionamento de 2001 e as perspectivas de 2022

[Acesse a live clicando aqui.](#)



## CURTAS

### **Texto consolidado da nova Convenção Arbitral da CCEE**

A CCEE encaminhou para o grupo de trabalho de atualização da Convenção Arbitral a ata da reunião e a apresentação realizada no dia 30.08, conforme detalhado no Relatório Semanal de 30 de agosto a 03 de setembro. Foi compartilhado o modelo de acordo já assinado com as seguintes Câmaras: FGV, CAMARB, CCBC, CCI, CAESP, FIESP e CBMA. Também foi encaminhado o texto atualizado da minuta de Convenção Arbitral, após últimos ajustes a partir das contribuições das associações e avaliação da assessoria jurídica contratada (Pinheiro Neto Advogados). A CCEE apontou que o texto ainda poderá sofrer ajustes finos de redação até ser divulgado para a deliberação da Assembleia de outubro, que deverá contar com o apoio das associações para sua aprovação. Os documentos estão disponíveis na área restrita do associado, seção Documentos Gerais.

### **CNI promove o lançamento de estudo sobre o Mercado de Carbono**

No dia 14.09, a Confederação Nacional da Indústria realizou uma live para lançar o estudo Mercado de Carbono: análise de experiências internacionais. O estudo aponta elementos comuns dos sistemas existentes no mundo que podem ser úteis para a criação de um mercado

de carbono no Brasil. No evento, os participantes debateram oportunidades e expectativas, principalmente diante das discussões internacionais que ocorrerão na COP 26 sobre eventual mercado de carbono global. A íntegra do estudo pode ser acessada [pelo link](#).

### **Cemig divulga leilão de compra de incentivada especial**

A Cemig Geração e Transmissão lançou edital para a compra de energia elétrica incentivada solar ou eólica, com prazo de até 15 anos, que ocorrerá no dia 22.10. Para acessar o edital e informações sobre o leilão <https://www.cemig.com.br/leilao-energia/greenfield2/> Dúvidas e esclarecimentos deverão ser encaminhados para o e-mail: [mesa@cemig.com.br](mailto:mesa@cemig.com.br).

### **Relatório de mídia Abraceel**

No mês de agosto a Abraceel teve 153 inserções na mídia nacional, sendo 147 online e 6 impressas, o equivalente a R\$ 2.055.356,00, caso a mídia espontânea fosse paga. Entre os temas de mais destaque está a pesquisa do Datafolha, com 64 menções, e a pauta sobre o atual momento do país com a crise hídrica, com 33. Foram também realizadas oito entrevistas com Reginaldo Medeiros para veículos como Valor Econômico, Folha de São Paulo, Estadão, Poder 360, Congresso em Foco, rádio Jovem Pan, site do SBT e Exame. A íntegra do relatório está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção "Apresentações exclusivas".



## Abraceel homenageia ex-conselheiros da Abraceel

Como de costume, a Abraceel realiza homenagem aos seus ex-conselheiros, como reconhecimento do trabalho dedicado a favor do mercado livre. Na última quarta-feira, Rafael Mathias (Capitale), Luiz Macedo (Raízen) e Eduardo Takamori (Engie), receberam a placa de reconhecimento e dedicação em favor do mercado livre de energia e, em especial, ao relevante papel exercido no Conselho de Administração da Abraceel, no período em que exerceram o cargo.



## Abraceel participa de reunião com o FASE e o ONS

No dia 16.09, a Abraceel participou de reunião do FASE com o ONS para discutir o atual momento de crise hídrica do setor elétrico. O Operador apresentou avaliação das condições de atendimento eletroenergético do Sistema Interligado Nacional desde 2020 até o final de 2021. Além disso, foram apresentadas as medidas adotadas para o enfrentamento da crise hídrica, como a criação da CREG. O

ONS reforçou que o atendimento energético desse ano depende da efetividade das medidas em andamento para a viabilização de oferta adicional e redução voluntária de consumo.

## Associada Ômega promove evento de 21 a 23 de setembro

Entre os dias 21 e 23 de setembro, a associada Ômega realizará o evento Omega.360, que contará com a participação de convidados nacionais e internacionais para discutir sustentabilidade, o futuro do setor de energia e empreendedorismo. O evento será totalmente online e as inscrições são gratuitas. Para mais detalhes da programação e inscrições, basta acessar o link: <https://lp.omegaenergia.com.br/omega-360>



**Omega.360**  
O evento de energia para o seu negócio

**Terça, 21/9 17h**  
Fernanda Lima e Rodrigo Hilbert  
Sustentabilidade: como uma empresa ativista transforma pessoas e realidades.

**Quarta, 22/9 17h**  
Tony Seba e Luiz Barroso  
Repensando a energia do Brasil: a oportunidade 100% renovável.

**Quinta, 23/9 17h**  
William Kamkwamba e Rebeca Andrade  
Empreendedorismo e superação: a força do inconformismo.

## Abraceel participa do Warm Up do Enase 2021

No dia 15.09, Ângela Oliveira, representando a Abraceel, participou segundo Warm Up do Enase 2021. O painel contou com a participação de Fabiana Polido (Omega Energia), Camila Schoti (Eneva), Alessandra Amaral (Light) e Thais Prandini (Delta Geração), que apresentaram suas perspectivas do setor elétrico. Ângela, como moderadora, ressaltou a importância do mercado livre e de aprovação do PL 414, apontando que isso permitirá que o Brasil passe para a 4ª posição no Ranking Internacional de Liberdade de Energia Elétrica. Todas as participantes reiteraram a indispensabilidade da abertura total do mercado para a modernização do setor. O painel está disponível na plataforma em que foi realizado.

## Agenda Regulatória Aneel 2022/2023

No dia 16.09, a Aneel promoveu webinar com objetivo de apresentar o processo de construção da Agenda Regulatória 2022/2023. O processo é similar ao realizado no ano passado e busca classificar as atividades regulatórias em prioritárias, ordinárias e indicativas. O tema é objeto da Tomada de Subsídios 13/21 e os agentes podem contribuir sobre quais atividades devem ser incluídas ou excluídas da Agenda. Após a análise das contribuições, a Aneel pretende realizar em novembro audiência pública com a proposta de atividades regulatórias para o biênio 2022/2023, e, em dezembro, submeter o tema para deliberação pela diretoria. O

evento está disponível no canal do YouTube da Agência: <https://www.youtube.com/watch?v=bFiP9Mql5hg>.

## Migração ao Mercado Livre

No dia 16.09, a Vice-Presidência de Energia da Abraceel se reuniu com a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel (SRD) para discutir aprimoramentos necessários no processo de migração ao ACL. Em junho deste ano, a Abraceel enviou correspondência à Aneel e à CCEE com sugestões de aprimoramento. Em agosto, a CCEE encaminhou correspondência à Aneel apoiando a proposta da Abraceel e sugerindo avanços na regulação. Diante disso, em 15.09, a SRD encaminhou ofício à Abraceel solicitando que a Associação apresentasse suas propostas nas Consultas Públicas 18 e 52/21. Durante a reunião do dia 16.09, a equipe da SRD reforçou a solicitação, ressaltando a possibilidade de avanço na regulação vinculada ao serviço de distribuição de competência da Superintendência. Dessa forma, a Abraceel elaborará minuta de contribuição às referidas discussões públicas e em breve compartilhará o documento com o Grupo Técnico para sugestões dos interessados.



## Contribuições Abraceel

No dia 17.09, a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 51/21 da Aneel, que dispõe sobre o aprimoramento dos critérios de entrada, manutenção e saída de agentes. Em resumo, a proposta visa à ampliação da segurança do mercado por meio da adoção de critérios mais robustos de autorização aplicados a todas as classes de agentes. De forma geral, a Associação apoia a discussão, mas sugere que alguns critérios propostos sejam revistos ou excluídos, pois criam barreiras sem contrapartida de segurança. Agradecemos a todos os associados que contribuíram com a minuta e reforçamos que a íntegra da contribuição se encontra no site da Abraceel, seção “Biblioteca” -> “Contribuições e Notas Técnicas”.

## Abraceel discute planejamento estratégico com associadas

Durante a semana, a Diretoria da Abraceel esteve reunida com as associadas América Energia, Brasil Comercializadora, Capitale, Central, Engie, Omega e Targus para discutir o planejamento estratégico da Abraceel. As entrevistas individuais são de extrema importância para a Associação captar a percepção das empresas acerca do trabalho que está sendo feito e que deverá ser o foco no próximo ciclo estratégico.

### Reservem suas agendas:

**15.10:** Warm up do Planejamento Estratégico;

**21 e 22.10:** Discussão do Planejamento Estratégico liderada pelo consultor Donato Filho, da Volt Robotics, totalmente online.

## CP ARSESP – Leilões de Suprimento de Gás

A ARSESP abriu a [Consulta Pública 14/21](#), cujo objetivo é estabelecer a obrigatoriedade de adoção de princípios na licitação da compra de gás natural a ser distribuído, estocado ou comercializado pelas concessionárias no estado. Além disso, visa ampliar a participação de produtores/fornecedores, a diversificação no suprimento de gás e dar maior transparência ao preço do insumo comprado pelas concessionárias. Junto ao processo há uma [Nota Técnica](#) que fundamenta a ação. As contribuições podem ser enviadas para o e-mail [consultapublica@arsesp.sp.gov.br](mailto:consultapublica@arsesp.sp.gov.br) de 13.09 a 04.10.

## Abeeólica desiste de pedido de medida cautelar

No dia 13.08, a Abeeólica enviou à ANEEL pedido de medida cautelar, com o objetivo de determinar ao ONS a consideração, em seus modelos computacionais, da restrição prevista na Resolução ANA 81/21, que restringiu as vazões excepcionais ao período em que o reservatório de Sobradinho estiver acima de 40%. Isso devido a uma preocupação de que a consideração de vazões excessivas no Rio São Francisco conduzisse a uma diferença de preços entre o submercado Nordeste e os demais. Após a divulgação do Sumário Executivo do PMO de setembro, a associação verificou que o referido risco havia sido mitigado por outras medidas técnicas adotadas pelo ONS. Assim, no dia 13.09, enviou nova

carta à ANEEL alegando perda de objeto da referida medida cautelar administrativa, bem como a desistência dela.

## **Eletrobras - Decreto cria a estatal ENBpar**

O Decreto 10.791, publicado no dia 10.09, instituiu a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBpar), empresa estatal que ficará responsável pelo controle da Eletronuclear e de Itaipu Binacional. Além dessas atribuições, competirá à empresa a gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bem como a administração do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

## **Contratação de Reserva de Capacidade**

Foi publicada, no dia 09.09, a Resolução 4/2021 da CREG, que determina a realização de procedimento competitivo simplificado para contratação de reserva de capacidade. A oferta prevê o suprimento de 2022 a 2025, sendo limitada aos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste. As diretrizes serão estabelecidas pelo MME. Além disso, determinou-se que o MME, em articulação com demais órgãos e entidades competentes, adote providências necessárias para que o licenciamento ambiental dos referidos empreendimentos ocorra em prazo compatível com o necessário.

## **Destaques do Encontro do PLD**

Ocorreu, na quarta-feira 15.09, o Encontro do PLD, em que foi apresentada uma análise do impacto comercial da geração por fonte de janeiro a julho de 2021, bem como as restrições enquadradas no cálculo do PLD. Além disso, verificaram-se cinco inconsistências na análise do DESSEM. Dessas, apenas uma teve um impacto na diferença entre as médias do PLD, que foi tão somente no submercado nordeste, sendo de 0,88 R\$/MWh. Ela consistiu em um erro na taxa de variação do nível do reservatório em função do volume inicial previsto da UHE Machadinho e ocorreu no dia 25.08. Além disso, duas delas tiveram um impacto na maior diferença absoluta do PLD, mais uma vez somente no Nordeste: uma refere-se aos dados de entrada da carga da ANDE e outra referente ao limite de recebimento de energia da Região Sul, essa última com um valor máximo de diferença de -91,13 R\$/MWh.

## **BNDES suspende parcelas de hidrelétricas**

Foi aprovada, pelo BNDES, a possibilidade de suspensão temporária de pagamentos do serviço de dívida de operações de apoio a investimentos de usinas hidrelétrica acima de 50 MW nas modalidades direta, indireta não automática e mista. A medida aprovada possibilita a suspensão de pagamento de principal e juros de até sete prestações mensais consecutivas, incorporando-as no saldo devedor, previstas para serem pagas entre os meses de setembro de 2021 e junho de 2022. Um total de 26 projetos são elegíveis. Mais informações podem ser obtidas no [site](#).



## Compensação de usinas que repactuarem o GSF

Foram homologados os cálculos da CCEE para a extensão de outorga de todos os que podem aderir à repactuação do risco hidrológico no ACL. No dia 14.09, a Aneel aprovou os valores contabilizados para 144 usinas que não haviam sido considerados na primeira etapa de validações. De acordo com essas apurações da última semana, haverá uma expansão de cerca de 2,3 anos para as usinas abarcadas e o impacto financeiro da compensação para as geradoras é de R\$ 12,05 bilhões. Rui Altieri destacou: “Devemos ter, nos próximos meses, a conclusão quase total do pagamento desses valores até então represados.”.

## Adiamento das CPs sobre Gás Natural em Sergipe



A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE) anunciou o adiamento das Consultas Públicas 01/2021, 02/2021 e 03/2021, que tratam da

temática do gás natural no estado. A CP 02/2021 trata da adequação do Regulamento Geral da AGRESE aos Manuais de Boas Práticas Regulatórias da ANP e do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural e a CP 03/2021, por sua vez, aborda a proposta de alterações da Resolução AGRESE 08/19, que trata do regulamento dos serviços locais de gás canalizado do Estado de Sergipe. Tais consultas ficarão abertas até o dia 06.10 e mais informações podem ser encontradas no [site da AGRESE](#).

## Deputado apresenta emenda para abertura do mercado de etanol

No dia 15.09, o Deputado Pedro Lupion (DEM/PR) apresentou emenda à Medida Provisória nº 1069, que dispõe sobre a comercialização de combustíveis por revendedor varejista. A atual regulação da ANP (Resolução ANP no 43/2009, que estabelece os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de etanol combustível à ANP) determina que a empresa comercializadora apresente vínculo societário com, pelo menos, dois produtores ou cooperativas de produtores. A emenda em questão põe fim a essa vinculação obrigatória. A íntegra do texto pode ser acessada pelo link: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9016441&disposition=inline>.

## Abraceel participa de Reunião do Deinfra sobre gás natural

No dia 15.09, a Abraceel participou da 8ª Reunião Ordinária da Divisão de Energia, promovida pelo FIESP/DEINFRA sobre a “Oferta de gás natural no Brasil e a atual crise eletroenergética” com Mauro Chávez-Rodríguez, Head of South America Gas and LNG da Wood Mackenzie. Na ocasião foram debatidas as tendências do mercado de gás natural no país, além de relacioná-las à crise atual.

## Abraceel participa de curso da PUC-Rio com a CCEE

O vice-presidente Alexandre Lopes participou, como palestrante, do curso “O Futuro da Energia no Brasil”. Coordenado pelo professor Edmar de Almeida (PUC-RJ), o curso de extensão foi ministrado para 50 profissionais da CCEE e abordou a reforma do setor elétrico do PL 414, a expansão da oferta para o mercado livre e os contratos legados das distribuidoras.

## Curso de formação de preço da Head Energia e Norus



A escola Head Energia está com as inscrições abertas para o curso “Metodologias para Formação de Preço no Setor Elétrico Brasileiro” em parceria com a Norus. O curso é direcionado para profissionais e estudantes que estão iniciando ou que procuram compreender mais do arcabouço metodológico responsável pela formação do PLD. Será ministrado pelos professores Paulo Vítor Larroyd, Diretor de Pesquisas e Estudos na Norus, e Vítor de Matos, Diretor Executivo e de Inovação na Norus. Ocorrerá nos dias 06, 07, 13 e 14 de outubro, com carga horária de 10h. Para mais informações, acesse <https://www.instagram.com/head.energia/> ou entre em contato pelo e-mail: [contato@headenergia.net](mailto:contato@headenergia.net).



## PRÓXIMA SEMANA

**21.09 – Terça-feira:** Abraceel se reúne com o Diretor da Aneel, Efrain Cruz, para discutir segurança de mercado: monitoramento da alavancagem e garantias do MCP, às 16h;

Às 11h, Reunião com a Agergs - CP Agergs 05/21.

**22.09 – Quarta-feira:** Abraceel participa da 4ª Reunião Ordinária do Fórum do Gás, que contará com apresentações do IBP e ABPIP (produtores) sobre as oportunidades e desafios para o Novo Mercado de Gás, às 14h.

**23.09 – Quinta-feira:** Abraceel se reúne com o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos de Mercado da Aneel, Júlio Ferraz, para discutir a adoção de garantias financeiras no MVE, às 10h30.

**24.09 – Sexta-feira:** Abraceel se reúne com Donato Filho, da Volt Robotics, para discutir a dinâmica do planejamento estratégico da Associação, às 11h.





# CALENDÁRIO ABRACEEL

## Setembro

**21.09** - 11h: Reunião com a Agergs - sobre a CP Agergs 05/21

**30.09** – Reunião do Conselho

## Outubro

**14.10** – 15h: Workshop PSR

**15.10** - Warm up do Planejamento Estratégico

**20.10** – Reunião do Conselho

**21 e 22.10** – Assembleia para deliberar sobre alterações no estatuto social da Abbraceel e Planejamento Estratégico

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

